

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

#### Texto CB2A1

Ordenar e nomear a vida não é uma ciência esotérica. Nas últimas décadas, estudos mostraram que selecionar e batizar o mundo natural é uma atividade humana universal e fundamental para compreender o mundo vivo, bem como nosso lugar nele.

Os antropólogos foram os primeiros a reconhecer que a taxonomia poderia ser mais do que a ciência oficialmente fundada pelo botânico sueco Carl Linnaeus no século XVIII. Estudando como não cientistas ordenam e nomeiam a vida, criando as chamadas taxonomias populares, eles começaram a perceber que, quando as pessoas criam grupos ordenados e dão nomes às coisas vivas, elas seguem padrões altamente estereotipados, aparentemente guiando-se, de modo inconsciente, por regras não escritas.

Por exemplo, Cecil Brown, antropólogo norte-americano que estudou taxonomias populares em 188 línguas, concluiu que os seres humanos reconhecem repetidamente as mesmas categorias básicas, que incluem peixes, aves, cobras, mamíferos, árvores e *wugs*, termo que significa vermes e insetos. Os *wugs* não são um grupo coeso, do ponto de vista evolutivo ou ecológico. Mesmo assim, as pessoas repetidamente os reconhecem e os nomeiam.

Da mesma forma, as pessoas consistentemente usam epítetos com duas palavras para designar organismos específicos dentro de um grupo maior, apesar de haver infinitos métodos potencialmente mais lógicos. Isso é tão familiar que mal percebemos. Em português, entre os carvalhos, distinguimos o carvalho americano; entre os ursos, os ursos cinzentos. Quando os maias, familiarizados com os javalis, conheceram os porcos espanhóis, apelidaram-nos de javalis de aldeia.

A prova mais surpreendente de quão arraigada é a taxonomia vem de pacientes que, por acidente ou doença, sofreram traumas cerebrais. Nesse sentido, destaca-se o caso de um universitário que foi vítima de um inchaço cerebral causado por herpes. Ao se recuperar, ele era capaz de reconhecer objetos inanimados, como lanterna, bússola e chaleira, mas não coisas vivas, como canguru e cogumelo. Médicos de todo o mundo encontraram pacientes com a mesma dificuldade. Recentemente, cientistas que estudaram esses pacientes notaram lesões numa região do lóbulo temporal, o que levou à hipótese de que pode existir uma parte específica do cérebro dedicada à taxonomia.

Sem a capacidade de ordenar e nomear a vida, uma pessoa simplesmente não sabe como viver no mundo e como entendê-lo. Se abandonarmos a taxonomia, perderemos uma conexão com o mundo vivo. Quando você começa a notar os organismos e encontrar um nome para bichos e flores específicos, não é possível deixar de ver a vida e a ordem que nela existe, bem onde sempre esteve: ao seu redor.

Em relação às ideias do texto CB2A1, julgue os itens subsequentes.

- 1 O último parágrafo do texto retoma e explica a tese apresentada no primeiro parágrafo, segundo a qual a taxonomia é necessária para o ser humano compreender o mundo vivo e seu lugar nele.
- 2 Segundo o texto, as pessoas repetidamente reconhecem e nomeiam *wugs* porque são capazes de identificar semelhanças e diferenças entre os organismos que compõem esse grupo.
- 3 De acordo com o texto, o ser humano é regido por regras tácitas que lhe permitem ordenar e agrupar os seres vivos de maneira inovadora e estruturada.
- 4 No terceiro e no quarto parágrafos, são apresentadas evidências de que a taxonomia é uma atividade humana universal e, no quinto parágrafo, é apresentado um indício de que essa capacidade de nomear o mundo natural esteja enraizada no cérebro humano.
- 5 O sueco citado no segundo parágrafo e o norte-americano mencionado no terceiro são apresentados no texto como estudiosos de taxonomia popular que contribuíram, de alguma forma, para o entendimento de como o ser humano nomeia coisas vivas.

Julgue os itens a seguir, relativos aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto CB2A1.

- 6 O vocábulo “surpreendente” (primeiro período do quinto parágrafo) é empregado com o sentido de **contudente**.
- 7 No segundo período do primeiro parágrafo, a inserção de uma vírgula após a palavra “humana” manteria a correção gramatical do período, porém alteraria as relações sintáticas nele estabelecidas.
- 8 No segundo período do segundo parágrafo, o termo “não”, em ambas as suas ocorrências, modifica o sentido de um elemento não verbal.
- 9 O sujeito de referência da forma verbal “criando” (segundo período do segundo parágrafo) é “Os antropólogos” (primeiro período do segundo parágrafo).
- 10 O sentido original do texto seria alterado caso o vocábulo “mal” (segundo período do quarto parágrafo) fosse deslocado para logo após a forma verbal “percebemos”.
- 11 O primeiro exemplo de epíteto apresentado no quarto parágrafo é formado pela sequência de dois vocábulos pertencentes à mesma classe gramatical: um substantivo seguido de outro substantivo.
- 12 O trecho “familiarizados com os javalis” (último período do quarto parágrafo) indica o motivo de os maias terem utilizado o apelido “javalis de aldeia” para designar os porcos espanhóis.

- 13 No penúltimo período do quinto parágrafo, a expressão “a mesma dificuldade” se refere a “inchaço cerebral causado por herpes”, no segundo período desse mesmo parágrafo.
- 14 No último período do quinto parágrafo, o sinal indicativo de crase em “à hipótese” e em “à taxonomia” poderia ser omitido sem prejuízo da correção gramatical, o que indicaria que os termos “hipótese” e “taxonomia” teriam sentido genérico.
- 15 Sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do primeiro período do último parágrafo, o vocábulo “e”, em “e como entendê-lo”, poderia ser substituído por **nem**.
- 16 No último período do texto, a substituição do trecho “não é possível” por **não pode** alteraria as relações sintáticas originalmente estabelecidas no texto, mas não prejudicaria nem a correção gramatical nem a coerência textual.

Com base nas orientações do Manual de Redação da Presidência da República, julgue os próximos itens.

- 17 O texto de *email* utilizado como documento oficial dirigido a receptora desconhecida deve-se iniciar por uma saudação, a exemplo do vocativo Prezada Senhora.
- 18 O tipo de fecho empregado em comunicações oficiais varia conforme a hierarquia entre os interlocutores, admitindo-se o uso da expressão Gentilmente para arrematar o texto caso o destinatário ocupe cargo igual ao do remetente.

Caio, servidor público federal, mantinha sob sua chefia imediata sua irmã Maria, que ocupava cargo de confiança. O chefe da repartição, ao tomar conhecimento da situação, instaurou processo administrativo disciplinar para apurar a conduta de Caio, concedendo-lhe ampla defesa e contraditório. Ao final do processo, o chefe da repartição proferiu decisão aplicando a Caio pena disciplinar de advertência, tendo indicado os pressupostos de fato, porém deixado de indicar os pressupostos de direito que ensejaram a sua decisão. Caio interpôs recurso contra a decisão citada, requerendo a sua nulidade tanto por ausência de competência do chefe de repartição quanto por ausência de motivação explícita do ato por este praticado.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 19 Caio praticou uma conduta considerada proibida à luz da Lei n.º 8.112/1990, visto que não é permitido que um servidor mantenha, sob sua chefia imediata e no exercício de cargo de confiança, parente até o seu terceiro grau civil.
- 20 A anulação do ato administrativo, conforme foi requerido por Caio, é uma forma de desfazer um ato válido, mas que não é mais conveniente, útil ou oportuno para a administração pública.
- 21 Foi correta a penalidade disciplinar aplicada a Caio, uma vez que a conduta de manter sua irmã em cargo de confiança sob sua chefia imediata deve, de acordo com a lei, ensejar ao servidor pena de advertência.
- 22 Não é procedente a alegação de Caio no que se refere à incompetência do chefe da repartição para a aplicação da penalidade de advertência.
- 23 Ao aplicar a penalidade administrativa a Caio pela prática de ato irregular no exercício de sua função pública, o chefe da repartição exerceu o poder disciplinar.
- 24 É procedente a alegação de Caio quanto à nulidade da decisão no que se refere à ausência de motivação explícita, uma vez que o chefe da repartição deixou de indicar os pressupostos de direito que determinaram a sua decisão, inobservando um dos critérios do processo administrativo.

Acerca do sistema operacional Windows, de edição de textos e de segurança da informação, julgue os próximos itens.

- 25 Considere que, em certa organização, tenha ocorrido um ataque que criptografou, por meio de *malware*, os arquivos dos usuários gravados no servidor de arquivos instalado na rede local da organização. Considere, ainda, que, após o ataque, tenham sido enviadas informações aos gestores da organização, a fim de forçá-los a pagar o resgate para reaver o acesso aos arquivos. Nesse caso, a organização foi vítima de um *ransomware*, tipo de ataque cujo impacto pode ser reduzido por meio da implementação prévia de *backups* para a proteção de dados.
- 26 No Windows, o Microsoft Defender SmartScreen é uma ferramenta cuja principal função é bloquear a maioria dos *pop-ups*, não tendo ele a funcionalidade de verificar *sites* visitados em listas conhecidas de *phishing*, por exemplo.
- 27 No Microsoft Word 365, caso o usuário deseje gerir um documento de modo que este tenha *status* somente leitura, ele deve utilizar a opção Controlar Alterações, que permite restringir alterações não autorizadas no texto do documento.

A respeito de improbidade administrativa e responsabilização das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, julgue os itens a seguir, com base nas Leis n.º 8.429/1992 e n.º 12.846/2013.

- 28 A competência para a instauração e para o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública é passível de delegação, mas não de subdelegação.
- 29 A apuração da prática de ato de improbidade administrativa é realizada por comissão processante, que tem o dever de notificar o Ministério Público, o tribunal de contas e o conselho de contas da existência de procedimento administrativo em trâmite, relativo à prática de tais atos.
- 30 Para fins de responsabilização de pessoa jurídica na esfera administrativa, a Lei Anticorrupção considera excludentes a aplicação de sanções e a obrigação de reparação integral do dano causado.

Julgue os itens a seguir, de acordo com as disposições da Lei de Criação do ICMBio, da Lei de Acesso a Informações, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), do Decreto n.º 7.724/2012 e da Instrução Normativa n.º 4/GABIN/ICMBio, de 15/2/2024.

- 31 Após a elaboração anual do plano operacional de fiscalização do contrato, a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento Contratual (CFAC) deverá requisitar à concessionária a apresentação de cronograma detalhado de realização de investimentos obrigatórios, o cronograma de construção e a análise de encargos acessórios.
- 32 No âmbito do ICMBio, a competência para classificar uma informação como secreta é de seu presidente, na condição de titular da autarquia, sendo-lhe permitido delegar tal atribuição a outro agente público.
- 33 A finalidade, adequação, respeito à ética e aos direitos humanos e à segurança são os princípios que deverão ser observados nas atividades de tratamento de dados pessoais.
- 34 A transição do patrimônio, dos recursos orçamentários, extraorçamentários e financeiros, decorrentes de lei, ato administrativo ou contrato, inclusive com as respectivas receitas do IBAMA para o ICMBio, serão disciplinadas por ato do Poder Executivo.
- 35 As entidades com personalidade jurídica de direito privado constituídas sob a forma de serviço social autônomo e destinatárias de contribuições ou de recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão submetem-se à Lei de Acesso a Informação e deverão criar o serviço de informações ao cidadão (SIC).

À luz do disposto na Lei n.º 9.985/2000, na Lei n.º 6.938/1981 e no Decreto n.º 4.340/2002, julgue os itens subsequentes.

- 36 É estipulado em no máximo quinze anos o prazo da servidão ambiental onerosa ou gratuita, sendo possível sua alienação, transferência ou cessão, desde que realizado o registro na matrícula do imóvel.
- 37 A área de relevante interesse ecológico (ARIE) disporá de um conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.
- 38 A denominação de cada unidade de conservação deverá basear-se, preferencialmente, nas designações indígenas ancestrais, independentemente de sua característica natural.
- 

Julgue os itens a seguir, com base na Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (Lei n.º 14.944/2024).

- 39 Nos casos de incêndio, deve-se manter íntegro o grau de proteção jurídica da vegetação nativa primária em qualquer estágio de regeneração, salvo nos casos de vegetação restaurada ou em processo de restauração.
- 40 Poderão compor o plano de manejo integrado do fogo as atividades de queima prescrita, de queima controlada, de uso tradicional e adaptativo do fogo, bem como os planos operativos de prevenção e combate aos incêndios florestais.
- 

**Espaço livre**

---